Ano 29.º — Sábado, 4 de Abril de 1936 — N.º 1462

O DEMOCRATA (AVENÇADO)

Semanário Republicano de Aveiro

Redacção e Administração
RUA MIGUEL BOMBARDA, 21

Composição e impressão
Tipografia Lusitânia
Rua Eça de Queirós, n.º 3-AVEIRO

Director e Proprietário
Arnaldo Ribeiro

Editor e administrador
Manuel Alves Ribeiro

Toda a correspondência deve ser dirigida ao director

Representação exclusiva de publicidade para Lisboa e Pôrto—Agencia Havas

Trabalho forçado

—o—

Todas as revoluções vitoriosas, depois de terem vencido a resistência armada, têm de lutar com a chicana contra-revolucionária, que é uma espécie de bolor dos sistemas caídos em desuso.

Assim tem sucedido com a nossa organização corporativa. O *individualismo* feroz e o *liberalismo* anárquico — dois velhos malfeitores quási reduzidos à impotência — não podendo já resistir, abertamente, ao avanço da nova disciplina social, fazem-lhe uma guerra insidiosa e mansa que consiste em aceitar aparentemente a derrota dêles para entravar, indirectamente, a vitória nossa.

Vem isto a propósito de um abuso que se tem verificado aqui e além — onde se estabeleceram já *salários mínimos*, e tem o carácter duma escapatória ou duma represália a que podemos chamar: *mínimos de produtividade do trabalho*.

Toda a gente sabe que o trabalho manual reveste vulgarmente duas fórmas: o trabalho *de jornal*, em que o trabalhador ganha um tanto por dia; e o trabalho *à peça, por tarefa* ou *de empreitada*, em que o trabalhador ganha um tanto por tarefa ou peça e o salário resulta proporcional à soma de trabalho produzido.

Nesta última fórma combate-se a lei do menor esfôrço pela emulação que se estabelece entre os trabalhadores.

Se êstes são diligentes, ganham êles e ganha o patrão; *se são indolentes, o patrão nada perde, porque se pouco trabalham pouco ganham*. Nada mais justo em si mesmo. *Tudo está em que o preço da tarefa ou da peça seja calculado de fórma que um trabalhador de mediano desembaraço tire uma média bastante.*

Sempre que se fixam preços mínimos de trabalho, quere através de contractos colectivos (fórma normal e preferível de o fazer), quere por despacho do Sub-Secretário de Estado das Corporações (fórma excepcional e que até agora só se recorreu na indústria de chapelaria) há que ter em vista não sòmente o salário pròpriamente dito (preço do *trabalho de jornal*) mas também o preço da peça ou tarefa no *trabalho por empreitada*.

Assim se tem entendido, pois se assim se não fizesse a fixação dos salários mínimos podia redundar num logro para os trabalhadores. Há indústrias onde predomina o trabalho por peça. E mesmo naquelas profissões em que tal não sucede, depressa passaria a suceder. Aos trabalhadores seria imposta a fórma de trabalho que continuasse livre de toda a regulamentação, que é como quem diz: em que o trabalhador continuasse a ser o joguete da lei da oferta e da procura, actuando sôbre a mão de obra. Na hipótese, seria o trabalho de empreitada, à peça ou por tarefa. Bem avisados têm andado, portanto, os dirigentes da organização corporativa, fixando o preço *de todas as fórmas de trabalho* sempre que tem sido possível estabelecer salários mínimos.

Mas a chicana é um inimigo infatigável e de imaginação fértil.

Nota-se que alguns patrões anti-corporativos têm procurado iludir os *salários mínimos*, impondo aos operários, em contrapartida, *mínimos de produtividade*, ou seja: *impondo que produzam um mínimo de tantas peças, tarefas ou actos por dia, quere aos que trabalham à peça, quere, até, aos que trabalham de jornal. E que êsses mínimos são quási sempre superiores ao que um operário de capacidade mediana póde normalmente produzir.* Ora isto é essencialmente anti-corporativo e contrário ao espírito da lei.

O trabalhador não póde ser compelido a produzir mais do que em suas fôrças caiba. O critério a que obedece o salário mínimo de jornal é exclusivamente o de lhe assegurar o poder aquisitivo mínimo compatível com as necessidades duma existência humana civilizada, e de fórma nenhuma deve ser condicionado pela soma de trabalho produzido. Esta — a produtividade, a operosidade do trabalhador — é que deve ser, em teoria, e é, na realidade, condicionada pelo salário suficiente, pois só trabalha bem quem come bem e se encontra num estado físico e moral satisfatório; e deve ter como únicos estímulos positivos a noção do dever profissional e o desejo da melhoria ou da simples estabilidade e como único estímulo negativo o receio da degradação ou do despedimento.

Estas considerações também se aplicam ao trabalho à peça, cuja remuneração, para que esta fórma de trabalho seja corporativamente desejável, deve ser fixada num *quantum* que nem permita ao trabalhador preguiçar nem o obrigue a esfalfar-se — para auferir o necessário.

Qualquer manobra que tenha o sentido indicado deve ser energicamente combatida. Assim o impõe o prestígio da Revolução Corporativa que, tendo-se feito para dignificar o trabalho, não póde tolerar práticas de... **trabalho forçado.**

IMPRENSA

«DEFÊSA DE ESPINHO»

Acaba de transitar para o 5.º ano de publicidade êste semanário regionalista, que tem por lêma o engrandecimento da linda praia do norte e por objectivo concorrer também para as prosperidades do país.

Na pessoa do seu director, sr. Benjamim da Costa Dias, afectuosos cumprimentos ao presado colega.

Insistindo

—o—

Dado o aplauso da cidade á local do último número sobre sinalagem, vimos de novo lembrar que Aveiro merece outra coisa dentro dos seus muros diferente do que se está a fazer.

Aquela cruz junto ao cais e em frente á Rua de José Estêvão quando ali se encontra um poste onde póde ser colocada a placa, não tem desculpa. E porque se não aproveita o edifício do *Club dos Galitos*, como se aproveitou o do Banco Regional, para a afixação da que pretendem colocar junto á palmeira? Até se via melhor. De resto, não há duas opiniões a tal respeito.

Ainda o nosso aniversário

Por lapso deixámos de agradecer também à *Gazeta de Arouca*, *à Plebe*, de Valença, e à *Alma Popular*, de Oliveira do Bairro, os cumprimentos que nos dirigiram pela passagem de mais um ano nesta ingrata vid do jornal.

Fica, dêste modo e ainda que tarde, reparada a falta.

Dr. Jaime Duarte Silva

Esteve esta semana muito incomodado de saúde, pelo que teve de recolher á cama, o distinto advogado desta cidade, sr. dr. Jaime Duarte Silva.

Informando-nos do seu estado á hora de entrar na máquina o jornal, dizem-nos de sua casa que o enfermo se acha em via de restabelecimento, notícia que damos com a maior satisfação.

Propaganda colonial

—o—

Durante a *Semana das Colónias*, que vai de 19 a 26 do corrente, deve vir a Aveiro fazer uma conferência, que terá logar no Liceu, o nosso ilustre conterrâneo e amigo, dr. António Lebre, médico-veterinário e capitão de cavalaria.

Pontos nos i i

—o—

O sr. dr. Torres Garcia e o *grande panfletário* disseram da sua justiça. O primeiro defendeu-se e justificou a sua atitude política perante as acusações do segundo; mas o *grande panfletário* chama-lhe trampolineiro e agarrem-lhe lá pela outra ponta.

Uma coisa, porém, estâmos para vêr agora: foi metido no barulho um sr. dr. Jacinto Simões, amigo dos dois, mas que se colocou ao lado, é claro, do *grande panfletário*. E então o sr. Torres Garcia diz-lhe:

«Fale o sr. dr. Jacinto Simões. Não se esqueça, sobretudo, das *postas*, comparando as que eu tive com as que o senhor teve. **Não seja como Homem Cristo que não trepida em enxovalhar um homem pobre e honrado, como eu, que nada recebe do Estado, mas que não deita fóra as dúzias de contos que recebe, anualmente, como professor aposentado da Universidade do Pôrto...»**

E' o deitas! Então êle há-de desprezar uma coisa que lhe ofereceram sem a pedir?

Para lhe chamarem mal educado...

Sim; porque êle nada pediu. Os políticos é que praticaram mais essa imoralidade: nomeando-o professor sem curso, nem concurso, visto ser uma página que faltava no livro dos escândalos.

E o sr. Torres Garcia só agora deu por isso!...

Teatro Aveirense

—o—

A companhia de revistas Eva Stachino deu, no fim da semana anterior, um espectáculo nesta cidade, não logrando encher a casa, que apenas tinha três camarotes ocupados e pouco mais de metade da plateia. E que a *sardinha assada*, da Satanela, predispoz mal e por isso tôda a gente desconfiou do *ai-ló* da Stachino, que não é melhor. Mas o teatro, agora, é quási tôdo assim—sem arte, com muita pornografia e o máximo de nu.

Está mesmo a dar as últimas...

DIA POLÍTICO

A posse do novo chefe do distrito de Aveiro

é extraordinàriamente concorrida

Importantes afirmações de carácter nacionalista e fé nos destinos da Nação

O dia de domingo ficou assinalado pelo grande movimento que trouxe a Aveiro o acto da posse do sr. dr. Alfredo Peres, nomeado governador civil do distrito em substituïção do sr. major Gaspar Ferreira.

Todos os concelhos aqui mandaram os seus representantes e do Pôrto, aonde a nova autoridade residia, também vieram muitos amigos seus assim como algumas figuras de destaque no nacionalismo do norte.

De Lisboa veio, como noticiámos, propositàlamente, o sr. dr. Mário Pais de Sousa, ministro do Interior, resultando de todo êste conjunto ser pequeníssimo o salão da Junta Geral, as salas próximas, corredores, a larga varanda e o espaço ao cimo das escadas que lhe dão acesso, para comportar tanta gente.

E' que nunca se viu uma aglomeração tão compacta dentro do soberbo edifício que ocupa toda a largura do antigo Terreiro ou Largo das Carmelitas.

Pelas 15 horas e pouco deu-se princípio à cerimónia.

O sr. dr. José Elias Gonçalves, ilustre secretário geral do governo civil, junto da mesa onde se encontram os srs. Ministro do Interior e dr. Alfredo Peres, lê o auto de posse que, pelo primeiro, é conferida ao segundo e no qual figuram, como testemunhas, por a nomeação não constar, à data, do *Diário do Govêrno*, os srs. dr. Lourenço Peixinho, presidente da Câmara, e dr. Jaime Duarte Silva, advogado da comarca.

Depois o mesmo funcionário cumprimenta o novo chefe do distrito e apresenta-lhe as suas homenagens, não por fôrça do protocolo—diz—mas pelo raciocínio lógico que as circunstâncias impõe.

Saúda, a seguir, o sr. Ministro do Interior, uma das projecções mais puras de Salazar, que pelo seu amor aos humildes, aos infortunados, pela sua dedicação ao povo, bem merece as simpatias da Nação.

Elogia o governador cessante. Fala da missão dos secretários gerais dos govêrnos civis e declara que nem por ter sofrido um grande córte nos seus honorários deixa de acompanhar Salazar, pois o que hoje recebe já não é papel falido, mas sim alguma coisa de honroso e de valor. Não cuida só dos seus interêsses. Por isso admira o chefe, colocando, acima de tudo, os direitos do país. Ao novo governador civil oferece, com desassombro, com decisão, a sua lealdade e franquêsa.

Por sua vez, o sr. dr. Joaquim Brandão, presidente da Câmara de Arouca, saúda na pessoa do sr. Ministro do Interior, o sr. Presidente da República, o Govêrno e Salazar. Faz um rasgado elogio da obra dêste e põe em destaque também os serviços prestados pelo sr. Ministro do Interior, sobretudo à causa da ordem. Alude ao trabalho desenvolvido pelo sr. dr. Alfredo Peres no concelho de Arouca onde iniciou os seus passos na política. Refere-se ao major Gaspar Ferreira, elogiando-o e prestando-lhe homenagem pelas virtudes que o exornam. Combate os que não se decidem a tomar uma atitude. O dr. Peres, seu patrício, foi dos soldados da primeira hora. Caldeou a mocidade no sacrifício. Os que têm mêdo chegam às transigências que aviltam e degradam. Essa transigência é sempre uma traição aos princípios do 28 de Maio.

DR. ALFREDO PERES

Salazar declarou um dia que a Ditadura devia resolver o problema político português, julgando caducas as doutrinas anteriores à data acima referida. Acrescentou depois que era preciso banir da Ditadura a ideia do *interino*, do *transitório*. Da Ditadura nasceu o Estado Novo, que se não compadece com a ideia do transitório, do efémero. Foi então que o dr. Peres se decidiu a combater, escolhendo Arouca, sua e minha terra, para seu campo de acção. Fôram anos de luta, anos de intensa luta. Mas não basta que um homem se diga nacionalista. É preciso que os actos correspondam às palavras. Confia no novo governador civil. O dr. Peres porá, acima dos seus interêsses pessoais, os interêsses do Estado Novo. Conhece-o. E para terminar, faz votos pelas suas felicidades no exercício da delicada função que é chamado a desempenhar.

O sr. Conde de Aurora, que se classifica de *animal literário*, faz um discurso cheio de invocações e afirma que o sr. dr. Alfredo Peres é a encarnação da União Nacional, uma pessoa cheia de bom senso e um belo coração.

Ergue vivas ao Estado Novo, ao sr. governador civil e ao sr. Ministro do Interior.

O sr. dr. Vasco Mourão, vice-presidente da Comissão Distrital da União Nacional do Porto, diz que cumpre um dever gratíssimo vindo a Aveiro assistir á posse que se realisa. O dr. Peres sabe—conhece— a estima de que gosa no Porto, nos meios nacionalistas. Ama a verdade, e, se não dissesse uma verdade—calar-se-ia. Estava ao serviço do Estado Novo, em Gaia, alheio à política da cidade Invicta, quando o actual governador civil de Aveiro trabalhava na sua Comissão Distrital. Viu a forma criteriosa como procedeu—e considerou-o, sem melindre para os seus ilustres colegas, o orientador e o creador dos quadros da U. N.—quadros que, àparte ligeiras modificações, ainda se manteem. E, no entanto, o momento em que o dr. Peres actuou não foi dos melhores. Ele, sempre alheio aos personalismos, manteve-se firme no seu lugar, com notável fervor nacionalista.

O distrito será difícil de governar, pela sua vida política local, que não conhece, mas pela nova orgânica administrativa, que dá uma certa autonomia a determinados organismos. E' preciso que o governador saiba coordenar, unificar todos esses esfôrços. A acção dos organismos políticos locais, para ser eficiente, deve ser coordenada na estrita obediência ao representante do governo. E declara:

—Todo o que exerce a sua acção para destruir a unidade política—é traidor ao Estado.

Sauda o sr. dr. Alfredo Peres em nome das comissões políticas — de todas as comissões congregadas ao Distrito do Porto — e deseja que

Prédios urbanos

—o—

E' durante o corrente mez que se devem apresentar na Repartição de Finanças as reclamações abrangidas pelo decreto n.º 26.338 de 4 de Fevereiro.

Não esquecer.

Concessões à Imprensa...

—o—

Respigâmos do *Brados do Alentejo*, de Estremoz:

Temos lido em vários colegas da imprensa da Província que a Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses, comunicou, por meio de circular, aos chefes das estações dos caminhos de ferro que os profissionais da imprensa têm entrada gratuita em todas as *gares*.

Exultam quási todos êsses colegas com a conquista dessa *importantíssima regalia* porque, enfim, parece-lhes verem nela alguma cousa, como que um começo de consideração pela pequena imprensa.

Nós, porém, somos menos entusiastas, e não tecêmos louvores a essa providência.

Nanja porque sejâmos mal agradecidos. É porque não chegou ainda a nossa vez. Aquilo não é comnosco. Repare-se bem, que a concessão é aos *profissionais* da imprensa. Ora êsses são os que o são; isto é: os que da *imprensa vivem*, enquanto que para nós, os da pequena imprensa, é a *imprensa que vive de nós*—da nossa devoção, do nosso sacrifício e da nossa isenção.

Tal e qual.

Êste número foi visado pela Censura

Efemérides

4 de Abril

1832—São abolidos os morgados inferiores a 200$000 reis.

1849 — Estala uma revolução republicana na Hungria, sendo Kossuth nomeado presidente do govêrno provisório.

— Morre Mousinho da Silveira, que em 1826 decretou o registo civil obrigatório.

1907 — Suïcida-se em Tomar, Cristóvam da Costa Gonçalves, um dos fundadores da Associação do Registo Civil, com séde em Lisboa.

1908 — São julgados e condenados no Pôrto os redactores da *Voz Pública*, Lopes Teixeira, Pádua Correia e Bartolomeu Severino, acusados de injuriarem os juízes de Paredes e Penafiel, que condenaram o tenente Djalme de Azevedo.

Exportação de trigo

—o—

Não só para a Inglaterra como também para a China o nosso trigo já têve êste ano larga saída, sendo de presumir que ainda outros mercados se lhe abram com a maior vantágem para Portugal.

Quem o havia de dizer!

„O Democrata"

Como nos anos anteriores, êste jornal não se publica na proxima semana, a menos que, por qualquer circunstancia, tenhâmos de mudar de resolução.

A todos quantos nos distinguem com a sua amisade desejâmos alegres e felizes Pscoas.

"Jardim das Modas,,

=o=

É êste o nome que encima um novo estabelecimento que Aveiro possue desde domingo, em que abriu as suas portas. Fica situado na Rua Coimbra, antiga Costeira, e ocupa aquelas ruinas, no sub-solo da Praça da República, de que tantas vezes falámos, reclamando o seu aproveitamento com o fim de aformosear o local. Levou anos a resolver, mas está solucionado o caso. Finalmente! E sendo, como é, um estabelecimento chic, que dá nas vistas e se impõe e atrae, não queremos nem podemos deixar de felicitar o seu proprietário, sr. Carlos M. Mendes, pela iniciativa que teve e perante a qual tanto se deve orgulhar.

Felicitâmo-lo, pois, bem como ao arquiteto da Câmara sr. Jaime Santos, ao sr. engenheiro Mateus de Lima e ao executor do projecto, sr. Joaquim de Pinho, pela obra efectuada, desejando ao sr. Carlos Mendes, ainda, a devida compensação, a que tem direito, pelo seu arrojo. Porque é indubitável que concorreu grandemente, consoante os nossos desejos, para alindar um dos pontos mais movimentados da cidade, aumentando o seu comércio. Só resta agora que a Câmara estude a fórma de dar ao muro, que corre ao lado do *Jardim das Modas*, aparência condigna de modo a não desmanchar o conjunto.

Parece-nos que os marmores dos srs. Ernesto Correia dos Santos & Irmãos não se esgotaram na obra. E sendo assim, para bom entendedor meia palavra basta.

Feira de Março

Não tem corrido o tempo de feição e de aí o sentir-se a falta de concorrência ao campo do Rossio. Todavia, no domingo, ainda se juntou bastante gente até o cair da tarde, começando a debandada logo após o prenúncio dos primeiros pingos de água.

Sôbre a permanência da caixotaria em frente às barracas da parte principal da Feira, não lograram as nossas palavras da semana passada a intervenção de quem de direito naturalmente por se julgar coisa mínima. Pois então pódem crêr que são estas e outras mínimas coisas que fazem com que sejâmos mal apreciados pelas pessoas de fóra, o que era bem escusado.

Enfim...

Doenças dos olhos

=o=

No próximo dia 11, isto é, de hoje a oito dias não vêm dar a costumada consulta no nosso hospital, os distintos médicos especializados em doenças dos olhos, srs. dr. Abílio Justiça e Cunha Vaz.

Aviso aos interessados.

Novo lugre

—o—

Nos estaleiros da Gafanha acha-se em via de conclusão o lugre *Brites* destinado à pesca do bacalhau.

Não está, porém, ainda marcado o dia do *bota abaixo*, espectáculo que ali costuma chamar imensa gente.

MONTE-PIO

Em nosso poder o Relatório, Contas e parecer do Conselho Fiscal da gerência do ano de 1935 da Associação Aveirense de Socorros Mútos das Classes Laboriosas que, a-pezar-das dificuldades do seu viver, ainda é de grande utilidade para os associados mercê do zêlo da maioria das suas gerências.

Assim os nossos operários se apercebessem da vantagem que lhes oferece a prestimosa Associação.

CONCERTO

No Salão Orfeu, do Porto, dá na próxima terça-feira um recital de violino o nosso conterrâneo João Lé.

Os acompanhamentos ao piano serão feitos pelo sr. José Neves, professor do Conservatório daquela cidade.

O das capoeiras...

—x—

Transcrevemos do último número do *Ecos de Cacia*:

Confrange-nos o coração quando nos dizem que o bom do velho que o célebre *vigilante* das capoeiras de Cacia ludibriou, esteve na capital *chorando* junto dos que faziam o favor de assinar o *papelucho* para que continuassem a ajudá-lo...

E confrange-nos o coração, porque o velhote ainda nos merece consideração!...

Agora, *o az das capoeiras*, que em Aveiro imita o cantar dos galos, êsse, dizem-no todos os bons cacienses, repudiam-no e devolvem-lhe o *papelucho* porque as suas afirmações políticas ou bairristas não interessam aos homens honestos nem tão pouco aos cidadãos que desejam o bem do seu concelho e da sua região.

Cócórócó!!! — quem canta? É o *rei das galinhas*.

E quem chora? Coitado! É o velhote que também foi na conversa do *rei* e da... *rainha*.

Êste velhote conhecêmo-lo e já nos forneceram dados para acrescentar à biografia do *pilha galinhas* quando chegar o momento asado, que, pelos geitos, não deve tardar, para conhecimento da sua moral e identificação dos seus sentimentos.

Pois, pois. A crónica do ex-moço de padeiro, que aí desempenha o *honroso* papel de testa de ferro do reviralho, há-de ser feita.

Já agora...

Coisas e tal...

De remissa para o próximo número.

---

consiga para Aveiro as maiores prosperidades.

Sou sincero neste voto. Ligam-me a este distrito velhas tradições de família. Não longe daqui—nasceu meu pai. E aqui nasceram e viveram meus avós.

Cabe agora a vez de se pronunciar ao sr. dr. Querubim Guimarães, presidente da Comissão Distrital da União Nacional de Aveiro que, após ter agradecido umas referências que lhe fez um orador, saúda e Ministro e segue:

Iniciou o Estado Novo esta simpatica e significativa prática—a assistência do Ministro do Interior à posse dos governadores civis. Até nisso o Estado Novo se afasta do Estado Velho!

Quando o Ministro deixa a capital e vai junto dos povos informar-se das suas necessidades, colher informações directas, como V. Ex.ª ainda ha pouco fez, percorrendo as regiões inundadas, tem-se bem a impressão de que não é artifício de retorica, mas antes realidade tangivel, palpavel, o conceito de Salazar inscrito no brazão do Estado Novo—*Tudo pela Nação!*

E *tudo pela Nação* e nada contra a Nação é o que desde o 28 de Maio se vem realizando.

Pensamento e realização, doutrina e acção, um movimento renovador que não vive apenas no subjectivismo da ideologia, porque transpõe esses domínios—e se afirma na mais extraordinária obra conhecida para cá das duas últimas centurias.

A revolução liberal marcou, sem dúvida, na nossa história. Mas foi um movimento de destruição, animado e estimulado pelo mito redentor da Liberdade.

A revolução de 28 de Maio marca também uma nova época—mas esse movimento é um movimento de reconstrução, batido o mito da Liberdade, desnacionalizador e anarquico, é com ela reatada a tradição nacional nas suas fontes mais puras.

(*Aplausos*).

Enaltece a figura de Salazar. Com ele—a Nação emerge dum sono letal e surge grande, admirada e respeitada.

Dirige-se, depois, ao sr. governador civil—que não é um desconhecido, nem mesmo um estranho. É filho dum dos mais risonhos e belos concelhos que constituem a área onde vai exercer a magistratura.

Isso, se outros requesitos não houvessem a salientar a sua personalidade, seria já para nós uma garantia.

Considera o dr. Alfredo Peres um soldado da primeira hora, dedicado e firme. Esboça a sua biografia política —na U. N. de Arouca e do Porto.

Foi sempre o combatente decidido contra todos os velhos preconceitos duma política fragmentária, política de divisões e personalismos, que ainda subsistem como sobrevivencias duma mentalidade que está fóra do quadro doutrinário do Estado Novo.

O combate tem de ser dirigido em todas as suas formas e lançado tanto contra o individualismo economico, que gera a luta de classes, como o individualismo politico, que cria a luta de facções.

(*Aplausos*).

A Constituição afirma a unidade moral da Nação. E essa unidade defendeu V. Ex.ª, com notavel brilho, no primeiro congresso da União Nacional.

A unidade moral do Distrito, parcela importante da Nação, será, sem duvida, o lêma da sua acção politica.

Deseja qoe essa acção seja eficaz. Promete-lhe o apoio da União Nacional — Comissão Distrital — e conclue:

—A U. N. conta tambem com a cooperação de V. Ex.ª, com o seu conselho, com o seu auxilio' na obra a realisar, que é ainda enorme, apesar do muito que já tem feito, e que tanto se deve á inteligencia, lialdade e dedicação do digno antecessor de V. Ex.ª, a quem quero neste momento render, em nome da U. N. e em meu nome passoal, a mais sincera homenagem da minha admiração e reconhecimento.

(*Prolongada salva de palmas.*)

Nesta altura usa da palavra o sr. dr. Alfredo Peres, pronunciando-se deste modo:

Snr. Ministro:

Eu cumpro com alegria o dever de agradecer a V. Ex.ª a subida honra de vir investir-me na posse do alto cargo que houve por bem confiar-me.

E' certamente grato ao espírito de V. Ex.ª, Snr. Ministro, que nas minhas primeiras palavras vá uma saüdação respeitosa para o venerando Chefe do Estado, figura gentil e de rara distinção que, com tanto acerto, vem presidindo aos destinos do Paiz. (*Vivas ao Chefe do Estado*).

Na pessoa ilustre e de coração limpo de V. Ex.ª, que eu peço licença para cumprimentar com afecto, saúdo todo o Govêrno, pedindo se digne exprimir, junto da nobilissima figura do seu Presidente, os meus respeitos mais profundos. (*Grande aclamação a Salazar*).

Vão ainda os meus cumprimentos aos senhores oficiais aqui presentes e neles eu saúdo o Exército, a quem devemos a gratidão de ter tornado possível a realização das nossas aspirações nacionalistas. (*Vivos aplausos. Prolongados vivas ao exercito*).

Na pessoa do digno presidente da Comissão Distrital da União Nacional, o ilustre deputado, sr. Querubim Guimarães, eu dirijo uma saüdação vibrante a tôdas as comissões políticas do Distrito, vendo nelas os companheiros leais e entusiastas, na luta a prosseguir pelo Estado Novo. São devidas ainda as minhas saüdações a todos os magistrados administrativos e a tôdas as câmaras do Distrito, no labor constante da renovação material, intensa e fecunda, a que se votam nos seus concelhos.

Saúdo, enfim, todo o Distrito, onde, nas faldas da serra da Freita, se acosta, confiada, a histórica vila de Arouca—a minha terra que em seu seio guarda, fervorosa, o corpo de Mafalda—raínha e santa de Portugal.

A todos quantos se dignaram dar relêvo a êste acto com a sua presença e particularmente àqueles que, alheios ao Distrito, aqui os trouxe a amizade, alguns deles companheiros queridos de todas as horas,—eu agradeço, penhorado, eu agradeço com o coração nas mãos.

Meus Senhores:

Acabo de tomar posse de um alto cargo que S. Ex.ª o Snr. Ministro do Interior me deu a honra de confiar, —sem que o tivesse solicitado, directa ou indirectamente.

Dizem-me que é cheio de dificuldade. e uma lhe conheço eu, resultante do brilho que soube dar-lhe a figura prestigiosa do major sr. Gaspar Ferreira.

Aceiteio-o, pouco, pelas honras que lhe são inerentes, e muito, pelo dever de obediência e desejo de *servir*: o mesmo motivo por que já tive ocasião de—sempre sem acotevelar ninguém—ocupar outros cargos de natureza política.

Mas... a que vem o novo governador civil? Qual o seu programa?

Se por êste se entende os princípios que orientam a política e a administração pública, o governador traz realmente um programa:—claro, defenido, e crê-se que defenitivo, pelas raizes que tem no fundo da alma nacional: o programa que Salazar traçou com a sua notável inteligência, o seu saber profundo, a sua forte intuíção das realidades e o seu heróico espírito de abnegação e sacrifício. Mas, se por êle se entende o conjunto de soluções a dar aos casos concretos da política e administração do Distrito,—o novo governador confessa que não traz qualquer plano. Procurará, contudo, estudá-los e solucioná-los, metòdicamente, sem precipitações, —e sempre à luz clara daqueles principios de redenção nacional.

Aparte o zêlo que lhe merecerão todos os interêsses materiais do Distrito, em pleno e fecundo desenvolvimento; àparte o carinho que do coração dedicará à causa dos pobres e dos humildes, que por serem mais fracos, mais precisam da protecção do Poder, o novo Governador procurará concorrer, dentro do seu Distrito, para que a Nação seja una—moral, social e politicamente. A esta tarefa ligará o melhor do seu esforço—porque é evidente que, quanto mais forte fôr a sua unidade moral, maior capacidade tem a Nação para realizar os seus altos objectivos; estes, com as suas raízes mais fundas no sentimento da independência, bem vivo na alma nacional e na sua marcada vocação de povo colonizador, latino e cristão.

Com a organização corporativa da nação (que, pelo espírito de disciplina, cooperação e harmonia que desenvolve nos indivíduos, constitui o principal factor da unidade nacional)—coexiste um organismo de natureza exclusivamente política: a União Nacional.

Esta representa a fôrça política organizada do Estado Novo; é escola de educação cívica; e, na medida do seu aperfeiçoamento, forçoso é que constituia o campo de recrutamento dos valôres de que o Estado necessita para guarnecer os seus quadros. Sem caracter de partido, credo político ou confissão religiosa—para ela devem vir todos os portuguêses de bôa vontade: o sábio e o ignorante, o rico e o pobre; a todos cumpre afervorar o sentimento nacional, ao calor das ideias que Salazar definiu em um dos momentos mais transcendentes da história patria.

Mas, se todos podem pertencer à União Nacional, muito poucos são os que devem caber nos quadros do seu comando. Este tem de ser esclarecido, firme e ortodoxo na doutrina; disciplinado no respeito da hierarquia e obediente à vontade do Chefe. Assim constituido o seu comando, a U. N. fornecerá, atravez dele, o elemento político, que no govêrno dos povos deve transcender a técnica, e terá a necessária projeção na Assembleia Nacional, cujas funções legislativas. me parece, terão de vir a ceder o passo a funções mais largas de fiscalização da administração pública e a outras que na organização corporativa dos interesses materiais privados representam a defêsa do consumidor. Isto afirmo, Snr. Ministro, mais por intuição do que por saber proprio e, por isso, V. Ex.ª perdoará se assim não fôr.

Falei na obediência ao Chefe (compreendendo se nela a devida aos orgãos na dependencia hierarquiaca dele), como uma das condições indispensáveis ao êxito da União Nacional. E' que a Nação é um magestoso edificio constantemente em obras de aumento e restauro: a todos cumpre colaborar nelas—mas sempre debaixo da direcção, do arquitecto que as dirige, sob pena de constituirem risco para a sua harmonia e segurança. (*Muito bem! Muito bem!*)

Do que acaba de dizer-se, e que pouca ou nenhuma novidade oferece, já os povos do Distrito (que, na medida da sua competencia legal, o governador empossado vai ter a honra de chefiar) podem inferir da sua actuação no campo das realizações.

Ele promete o mais zeloso apoio a todos os interêsses legítimos dos concelhos e a tôdas as pretenções justas, tanto no domínio do material, como do espiritual, êste, na parte em que ao Poder público compete intervir. Neste aspecto afirma a esperança de que a sua intervenção não será nunca solicitada fóra da justiça, certo como é, que a todos cumpre o dever de respeitar a seriedade do Poder.

Contrariará tenazmente o espírito de partido, adentro das formações políticas ou administrativas. Neste campo são de reprovar os actos ilegais ou injustos da administração bem como a rejeição de colaborações úteis pelo receio estulto que delas venha a resultar qualquer diminuição de influência pessoal. Ao contrário: os que exercem posições de comando devem expontaneamente oferecer o sacrificio da limitação da sua propria influência em favor da consecução de uma maior força política.

Combaterá, tanto quanto os meios lh'o permitam, os organismos associatívos de caracter internacional, nomeadamente os de caracter secreto ou para-secreto, por isso que, tanto como o espirito partidário, são manifestamente ofensivos da unidade mòral da Nação, que ao Poder cumpre assegurar e desenvolver, para que ela possa prosseguir nos seus altos objectivos, em ordem aos fins superiores das pessoas que a constituem

Finalmente o governador contribuirá com alegria para a valorização pessoal dos homens que deem garantias de a utilizar na realização do bem comum; e declara que ouvirá todas as sujestões e aceitará todos os materiais de estudo dos problemas a resolver; mas, porque tem a responsabilidade das respectivas soluções, reivindica para si, integro, o direito de as defenir.

Que os homens do Estado Novo representem, observem, àcerca dos problemas em estudo, mas que obedeçam, quando tiver chegado a hora de mandar.

Meus Senhores:

É muito, é pouco, o que se acaba de dizer-vos? Parece-me que o suficiente, para, à luz dêste programa, as fôrças políticas do Distrito concluírem da aplicação prática dos princípios postos e de fazerem um exame de consciência, no intuito de rectificarem métodos, por ventura errados, pois, no ânimo de tôdos eu penso estar o desejo de *bem servir*. (*Prolongada ovação*).

Senhor Ministro:

Não sei se falei com acêrto.

Em caso afirmativo, às minhas palavras descoloridas corresponderá a acção mais deligente possível.

Para ela eu agradeço, honrado, a liberdade que houve por bem assegurar-me.

Tenho a esperança de que, sôb a alta direcção de V. Ex.ª, com o seu conselho—que peço licença para considerar amigo—e com a boa vontade dêste pôvo generoso e patriótico, algo poderei fazer a bem da Nação e desta terra de maravilha, que é o Distrito de Aveiro.

Para tanto, não me falta vontade, paciência e espírito de sacrifício; e espero que os povos que sou chamado a chefiar, quebrem, num gesto de gratidão bem justificado, de encontro aos molhes da Barra em que o Estado Novo gastou 20 mil contos, as tricas políticas e as ambições pessoais que porventura os dividem. (*Vibrantes aplausos.*)

E, realizada a união do Distrito, teremos contribuído eficazmente, na parte que nos cabe, para a unidade nacional. É que, meus Senhores, nunca como hoje, essa unidade tem de constituir o imperativo da nossa própria existência. As nações, falhados tôdos os acordos, desacreditados os pactos, teem, como última defeza, como único recurso, de debruçar-se sôbre si mesmas.

Tôdos unidos, pois, à volta da veneranda figura do Chefe do Estado que encarna a própria unidade nacional—sigamos o homem que o seu elevado tacto político soube encontrar para definir o sentido do movimento que, em 28 de Maio, tam felizmente iniciou o fecundo regresso da Nação às suas próprias virtudes. (*Ovação entusiástica. Vivas ao Chefe do Estado e a Salazar.*)

Snr. Ministro:

Vou terminar.

Se acaso houver de queimar-me no fôgo das paixões dos homens, darei por bem empregado tal sacrifício ao serviço devotado de Salazar—êsse revolucionário de espírito fortemente combativo que à salvação de Portugal tem vindo dando aos poucos a própria vida.

Mas, eu sei o que quero, e o Mestre disse:—«a hora é dos que sabem o que querem».»

Por último fala o sr. Ministro do Interior, que exalta a grandiosidade da sessão. E exclama:

—Salazar concretiza o nosso pensamento, o nosso ideal.

Salazar disse que *alguma coisa de novo se passava em Portugal*. Tinha razão. Melhorou-se a vida material, melhoraram-se os costumes—prova iniludível de que alguma coisa se passa. Se êle assistisse a esta sessão, se ouvisse as afirmações que se fizeram, os discursos que se pronunciaram; se visse a gente que veio à recepção, se pudesse apreender—sobretudo!—a parte espiritual que não foi posta em relevo, que vibrou e fica em cada um de nós, uma vez mais repetiria a sua frase profunda—*Alguma coisa de novo se passa em Portugal.*

Olhando de relance vejo à volta do governador de Aveiro tantos deputados que—pode dizer-se:—tem o *quorum* dos deputados do Norte. E não faltam os bons, os representativos elementos da U. N. Não faltam almas—não faltam patriotas.

Não está ali—continúa—o governador civil cessante. Não está ali—e podia e devia estar. O sr. major Gaspar Ferreira fez pelo distrito tudo o que podia fazer. Devia-lhe êste testemunho de justiça—gostaria de faze-lo na sua presença. Conserva para sempre um documento—que é a prova clara da sua inteligência e do seu coração.

Friza a passágem do discurso do sr. dr. Alfredo Peres em que se predica a necessidade da coesão nacional. E, a propósito, diz que a sociedade portuguêsa se cinde em três categorias:

—Nós temos os adversários, os indiferentes e os amigos.

Os adversários—continúa—sub-dividem-se. Há os adversários liais, que lealmente expõem o seu pensamento, combatendo de frente, cara a cara, e os adversários tenebrosos, traiçoeiros, que. esquecidos do que devem a êste país, atacam—atacando a situação.

Esses não estão aqui; porque, se estivessem, dir-lhes-ia que o seu lugar não era entre nós.

A êsses, que atacam sem respeito nem escrúpulos, combatê-los-emos sem piedade. É o nosso dever.

Compreendo os adversários e os inimigos. Não compreendo os indiferentes. Na hora que passa—não há o direito de ficar inerte.

Terão os indiferentes um ideal? Mas o Estado Novo Corporativo, com tôdas as suas realizações, com o pensamento dignificador dos seus altos Chefes não satisfaz êsse ideal? Terão, acaso, esquecido o passado?! Não se lembram do tempo em que as opiniões eram esmagadas e o país, de estradas intransitáveis, num abandono completo, era uma ruína palpável?

(*Ruidosos aplausos*).

A paz que gosamos—a paz de que gosam os egoistas—tem custado ao Estado Novo muitos sacrifícios em dinheiro e energias.

Estamos numa permanente vigília!

A história, um dia, nos fará justiça! Quanto aos outros...

Para que êste acto de posse, tam solene, tenha tôdo o seu significado é preciso que os nacionalistas se unam num bloco—uno, indiviso, como a Pátria. Só assim poderemos arrostar com aquêles que, traiçoeiramente, manejam nas sombras.

É preciso dar fôrça aos que mandam para que a sua acção governativa não seja inútil.

Volta a falar de Salazar:

—Tem virtudes raras. E' magnífica a essência do seu coração de oiro. A sua divisa é esta—protecção aos humildes.

Dizem alguns que Salazar vive fechado no seu gabinete, isolado do convívio social. Como se enganam! Salazar tudo sabe—tudo ouve. Conhece as necessidades materiais e espirituais de tôdos—é de cada um. Por tudo se interessa. E' único!

Honra a Salazar! E honra à providencial figura de Carmona!

Elogiando o sr. dr. Alfredo Peres diz que póde fazê-lo—porque o conhece directamente. A sua divisa—*Bem servir!*—é garantia de vitória.

Nenhum homem que queira desempenhar uma missão de govêrno pode levá-la a cabo—sem bem servir.

O dr. Alfredo Peres tem o espírito preparado a tal ponto que sabe ser superior a tôdas as paixões. Felicito Aveiro pelo seu novo governadôr. Felicito o sr. dr. Peres por chefiar o distrito de Aveiro—de tam largo futuro.

Uma vibrante salva de palmas, de mistura com vivas ao Govêno, ao sr. Presidente da Republica, a Salazar, ao sr. Ministro do Interior, ao novo chefe do distrito e á União Nacional, põe termo á entusiastica sessão, começando, a seguir, a assinatura do auto e os cumprimentos ao sr. dr. Alfredo Peres, que dado o extraordinário numero de individualidades presentes, se prolongam por espaço de algumas horas. Era, por isso, quasi noite quando os srs. Ministro do Interior e o chefe do distrito deixaram o edificio do governo civil e os ultimos carros rodaram da Praça Marquês de Pombal onde contámos 105 e duas grandes camionetes de Arouca, terra da naturalidade do sr. dr. Alfredo Peres, que se faz representar largamente.

Notas Mundanas

Aniversários

Fazem anos: hoje, a sr.ª D. Maria Celeste Soares Ferreira, esposa do sr. António da Costa Ferreira; àmanhã, o sr. Virgílio de Almeida, funcionário dos correios e telégrafos; no dia 7, a sr.ª D. Maria da Luz Martins Lima, irmã do sr. Jaime Martins Lima; o nosso velho amigo Mário Duarte e o sr. Artur José de Sousa, residente na Foz do Douro; em 8, as sr.as D. Virgínia Serrão Alvarenga e D. Emília de Oliveira Dias, esposas, respectivamente, dos srs. Pompeu Alvarenga e José da Paula Dias; em 9, o sr. Álvaro da Rosa Lima, funcionário do Ministério da Marinha e em 10, o nosso amigo António Souto Ratola, activo comerciante local.

— Também hoje e quinta-feira passou, igualmente, os aniversários das meninas Felicidade Henriques Ramires e Rosa Henriques Ramires, filhas do sr. Manuel Ramires Fernandes e na segunda-feira completa 3 anos o inocente Manuel Fernando, filho do sr. António da Costa Ferreira.

Parabéns.

Partidas e Chegadas

Tendo terminado a sua licença seguiu, de novo, para Dakar o nosso conterrâneo sr. Carlos de Pinho Guedes Pinto, consul de Portugal naquela cidade da África Ocidental Francesa.

—Do Porto voltou para a capital a sr.ª D. Palmira de Morais Sarmento Lima que, com seu filho, aqui veio passar alguns dias.

—Tendo sido colocado em Caçadores 6, seguiu para Castelo Branco o 2.º sargento sr. Custódio Tavares, que há mêses tinha chegado da África.

—Estiveram nesta cidade os srs. major Joaquim Augusto Geraldes, da G. N. Republicana de Coimbra; David Moita, empregado dos correios na mesma cidade; Amadeu Rodrigues da Paula, viajante duma drogaria do Porto; Joaquim António Vieira, empregado na agência do Banco N. Ultramarino de Ovar; Manuel Simões Carrelo Júnior, de Cacia; Manuel Moreira Vinagre, residente em Anadia e as sr.as D. Maria da Apresentação Mendonça Tavares e D. Alice Mendonça e Silva, esposa e sogra, respectivamente, do sr. José Ferreira Tavares, fabricante de vinhos espumosos naquela vila.

—Em gozo de licença encontra-se entre nós o sr. Sebastião da Costa Trancoso, chefe da agência da Caixa Geral de Depósitos de Figueiró dos Vinhos.

—Em férias também já aqui se encontram, entre outros, os estudantes David Cristo, João Soares e José Maria Soares Carinha, tôdos da Universidade de Coimbra.

Doentes

Recolheu de novo à cama, devido a outros antrazes que tanto o tem apoquentado, o sr. Manuel de Figueiredo Prat, empregado na agência do Banco de Portugal.

Comércio local

—o—

Acompanhando o progresso e a exemplo do que se faz nas principais cidades do país, uma grande parte dos estabelecimentos da nossa terra encerram as suas portas ao meio dia para de novo as abrirem ás 13,30 horas.

Achâmos bem.

Os vários artigos expostos no CENTRO COMERCIAL DE AVEIRO, L.da são de utilidade e por isso devem ser adquiridos sem demora.

O TEMPO

=x=

Há cinco mezes, completou-os ante-ontem, que chove, mais ou menos, não se aproveitando deles, talvez, quinze dias sêcos.

E' muito.

Secção desportiva

Foot-Ball

Beira-Mar 4--Vitória 4

Este encontro anunciado para segunda-feira, no Estádio Municipal, realisou-se no Campo de S. Domingos, resultando um empate de quatro bolas.

Os grupos alinharam sob a arbitragem de Hilario Fernandes, principiando o *Beira-Mar* a jogar com fogosidade e procurando, com um aparatoso jogo de passes, romper a barreira que constitua o trio defensivo da linha setubalense, mas os nossos visitantes ripostaram com energia, anulando, assim, os intentos dos aveirenses, que apesar disso foram os primeiros a marcar por intermédio de José de Pinho. Após este *goal* os setubalenses lançam-se na luta com alma, dominando abertamente e desmoralisando os nossos rapazes, chegando-se ao intervalo com o marcador em 1-1.

Durante os primeiros 20 minutos da segunda parte ainda o domínio coube ao *Vitória*, que conseguiu mais duas bolas.

O *Beira-Mar*, que até aqui esteve a jogar sem entendimento, muito abaixo das suas possibilidades, reanimou e com os incitamentos do publico lançou-se no ataque com mais entusiasmo e perícia, conseguindo mais tres bolas, a ultima das quais deu logar a ovações da assistencia.

Os visitantes, que não perdem a serenidade e após algumas jogadas bem conduzidas, conseguem, a poucos minutos do final da partida, o empate.

A arbitragem prejudicou os dois grupos, especialmente o *Beira-Mar*.

Galitos--Leixões

O desafio entre estes dois grupos, marcado para domingo, não se efectuou devido ao mau tempo,

Ficou adiado *sine die*.

Beira-Mar--União F. Club

No Estádio Municipal realisa-se âmanhã um encontro entre o *Beira-Mar* e aquele conhecido grupo conimbricense.

Principiará ás 15 horas.

A.

Agradecimento

A família do saudoso António da Naia Pacheco agradece, penhorada, a todas as pessoas que acompanharam o inditoso moço á última morada e a quantos manifestaram o seu pezar por tão rude golpe.

Aveiro, 2 de Abril de 1636.

Uma explicação

=o=

Recebemos a seguinte carta:

Sr. Director do jornal O Democrata
AVEIRO

Em nome da Direcção da Agência da Liga dos Combatentes da Grande Guerra, de que sou Presidente, permita-me que esclareça e possivelmente justifique a acção da mesmo Agência para com o combatente referido na nota do jornal n.º 1416, de 28 de Março, e que V. tão proficientemente dirige.

Fui, na realidade, há dias, procurado por um combatente que se dizia em direcção a Lisboa e que para seguência da mesma viagem pedia um auxilio monetário. Pedido o respectivo cartão de combatente, foi me o mesmo apresentado e notei que pertencia à Agência do Porto de que também me apresentou um documento em que diziam que seguia para Lisboa a tratar de assuntos de interêsse dêle combatente. Fiz-lhe notar que, vindo êle de tão perto, era extranho que tão cedo começasse a pedir o auxílio monetário e que se nesta altura da viagem tal facto era extranho, não o seria em Santarem ou em qualquer outra terra mais distante do seu início de viagem. Disse-lhe também que a Agência a que pertencia lhe daria a ajuda de que necessitava, se a mesma solicitasse, e dei-lhe como exemplo um facto passado em 11 do corrente mês com o sócio n.º 477 Hipólito Francisco de Carvalho, da Agência desta cidade, em que, precisamente em idênticas circunstâncias às do combatente a que nos vimos reportando, mandei, que arranjasse o dinheiro que lhe fôsse possível para a sua viagem e que esta Agência lhe daria o resto, tendo assim sido subsidiado com a quantia de 20$00.

Oferecí-lhe um pouco de rancho no quartel a que pertenço, prontificando-me a obter o mesmo das entidades competentes. Não mostrou desejo algum de o comer, mas mostrou-me, como resposta, umas cartas de agulhas que apresentava às donas de casa, solicitando uma esmola como combatente que era... Snr. Director: nunca esta Agência, dentro dos limitadissimos recursos de que dispõe e serviços que presta, deixou de socorrer os necessitados que a ela se apresentam, mas julga-se no direito de julgar da aplicação dos mesmos recursos. Foi, há dias, procurado por um homem de grandes barbas que lhe pediu esmola. Verifiquei ser combatente e pertencer à Agência do Porto, para onde dizia dirigir-se. Foi-lhe abonada a quantia mais ou menos necessária para o comboio até àquela cidade.

E muitos mais casos poderia citar a V. como exemplo.

Pela publicação destas linhas se confessa muito grata a Direcção da Agência da Liga dos Combatentes da Grande Guerra desta cidade.

Pela Direcção

EDUARDO PINTO DA VEIGA
Capitão de Infantaria n.º 19

Correspondencias

Eixo, 2

Tem lugar no dia 13 na sala das sessões da Junta uma festa de homenágem ao saudoso benemérito Calisto Dias Saldanha, devendo ser descerrado o seu retrato e distribuido vestuário a 73 creanças das escolas, terminando pela plantação da Árvore de que aquêle benemérito foi sempre desvelado protector.

—Já se encontra entre nós o sr. José Fernandes Mascarenhas, que vem com a saude um pouco abalada.

C.

Póvoa do Valado, 1

Morreu ontem, em virtude duma infecção, o nosso estimado conterrâneo, Carlos Ferreira Vieira, de 31 anos e há pouco casado. Teve hoje ofícios de corpo presente, organizando-se, a seguir, o entêrro para o cemitério da Barrôca com grande acompanhamento, dadas as simpatias que o extinto gozava. Era irmão dos srs. Augusto, Jaime, Claudio e João Simões Ferreira; êste ao escrivão de Direito em Vagos, aos quais aqui testemunhâmos pezar, bem como á viuva, pelo triste e inesperado desenlace.

—O mês de Abril apresentou-se risonho. Será para continuar o quê?

C.

Esgueira, 1

Faleceu, segunda-feira, o empregado comercial Manuel Monteiro, de 40 anos de idade e natural do concelho de Boião.

Era casado e vitimou-o a tuberculose.

— Do Pará (E. U. do Brasil) chegou a semana passada o sr. Francisco da Silva Castro, a quem cumprimentâmos.

C.

Necrologia

Vitimado por antigos padecimentos deixou de existir na madrugada do último sábado, com 67 anos, o negociante de pescado sr. Roque Ferreira Patacão, que há tempos fôra acometido dum ataque de parelisia.

Duma grande actividade enquanto têve saúde, o extinto foi também um chalaceador impenitente, pondo em tôdas as suas conversas uma nota de graça e de bom humor.

Agarrado a velhos princípios e preconceitos, Roque Ferreira, que sempre se afirmou católico praticante, aparecia em tôdas as procissões lá de baixo, da outra freguesia, a mostrar a sua devoção e os seus sentimentos religiosos.

Desaparece, pois, do bairro piscatório mais uma figura interessante, cuja morte também sentimos por se tratar de alguém que se impunha à nossa consideração.

O seu enterro realizou-se ao fim da tarde daquêle dia, saindo da capela de S. Gonçalinho, onde o seu cadáver fôra depositado, para o cemitério novo. Nêle se encorporaram numerosas pessôas, tendo conduzido a chave da urna que ia coberta com a bandeira da *Banda Amisade*, o sr. José Gamelas.

Aos que intimamente o pranteiam, nomeadamente a seu sobrinho, sr. João da Cruz Moreira, o nosso cartão de condolências.

Lêr a 4.ª página

Julgado Municipal de Vagos

—o—

Editos de 30 dias

2.ª publicação

Por este Julgado e cartório do escrivão respectivo e nos autos de acção sumarissima em que é autor Manuel Martins de Oliveira Novo, casado, proprietário, morador no logar do Bóco, freguezia de Sôza e réus Antonio Ferreira da Silva e mulher Algina Freire Sobreiro, ele serralheiro e ela domestica, do referido logar do Bóco, freguezia de Sôza, mas actualmente em parte incerta da cidade de Lisboa, e nos mencionados ait s correm editos de trinta dias a contar da segunda e ultima publicação deste, citando aqueles réus para, no praso de oito dias posterior ao praso dos éditos, apresentarem a sua impugnação do pedido feito na referida acção e os documentos respeitantes á causa, sob pena de se designar dia para julgamento.

Vagos, 24 de Fevereiro de 1936.

O escrivão
João Simões Ferreira

O Juiz Municipal
José Reinaldo Calisto Moreira

A fechar

—

A' cautela...
—Que foi que ele disse que tu éras?...
—Lacónico.
—Que quer isso dizer?
—Não sei; mas, pelo sim pelo não, fui-lhe dando uma bofetada...